



PARECER JURÍDICO 45/2026

CONSULENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRA/SERVIÇO Nº 12/2026 – AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO PERIÓDICA DO VEÍCULO AIRCROSS.

PARECER

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INVIALIDADE DE COMPETIÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74, I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. POSSIBILIDADE JURÍDICA, OBSERVADAS AS RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS CONTIDAS NESTE OPINATIVO.



I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da **Secretaria Municipal de Educação** de parecer sobre a possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de licitação para a aquisição de peças e serviços referentes à revisão periódica do veículo aircross, placa JDA4A64, ano 2024/2025, de propriedade do Município de Boa Vista do Incra/RS.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) indicou a empresa **GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA** como potencial fornecedor, justificando a escolha pela proximidade da concessionária da marca do veículo ao Município.

Adicionalmente, destaca-se a necessidade de manutenção da garantia estabelecida no contrato de compra do veículo, que condiciona a validade da garantia à contratação de serviços e peças da própria marca do veículo.

O processo já se encontra instruído com o **Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Pesquisa de Preços, o Termo de Referência, a Adequação Orçamentária e a documentação pertinente da empresa.**

É o breve relato.

II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

A dispensa de licitação está prevista no artigo 75 da referida

lei, em diversas situações específicas. No entanto, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses de dispensa, pois a revisão periódica de veículos, via de regra, não se enquadra aos casos de emergência, calamidade pública, ou outros elencados expressamente.

Por outro lado, a **inexigibilidade de licitação** é aplicável quando há **inviabilidade de competição**, conforme aduz o artigo 74 da Lei nº 14.133/2021. Este artigo elenca algumas situações exemplificativas, tais como:

- **Inciso I:** aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
- **Inciso III:** contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...).

Embora a situação não se refira diretamente a um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, a impossibilidade de manter a garantia do veículo com a realização da revisão por outra empresa que não a concessionária da marca, em razão de expressa previsão contratual, **conforme consta no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência**, configura uma situação de inviabilidade de competição.

A exigência de que as revisões e o uso de peças sejam realizados pela rede autorizada ou pela própria marca para a **manutenção da garantia** do veículo é uma prática comum no mercado automotivo.

Desconsiderar essa condição implicaria na perda da garantia



do bem, o que traria prejuízos ao erário municipal, que teria que arcar com eventuais reparos futuros que estariam cobertos pela garantia.

Nesse sentido, a escolha da concessionária não decorre de mera preferência, mas sim da **necessidade de preservar a garantia contratual**, o que torna a competição inviável, uma vez que apenas a rede autorizada ou a própria marca pode assegurar essa condição.

A inviabilidade de competição não se dá pela exclusividade da peça em si, mas pela **exclusividade do serviço prestado pelo fornecedor que garante a validade da garantia do bem**.

O enquadramento da presente situação no **art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021** é o mais adequado por refletir a **inviabilidade de competição** inerente ao caso. O rol de hipóteses de inexigibilidade nos incisos do referido artigo é **meramente exemplificativo**, não exaustivo.

A impossibilidade de licitar a revisão periódica do veículo sem comprometer a **garantia de fábrica**, que só se mantém com a intervenção da concessionária da marca, cria uma situação de fato em que a concorrência se torna inviável, justificando a contratação direta com base no princípio fundamental do artigo 74.

Portanto, a situação se amolda ao **conceito de inviabilidade de competição**, não se tratando de uma hipótese de dispensa, mas sim de **inexigibilidade de licitação**, dado que a manutenção da garantia do veículo é um interesse público a ser protegido.

III - SÍNTESE CONCLUSIVA E RECOMENDAÇÕES

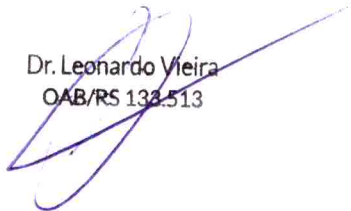
Diante do exposto, conclui-se que a contratação da empresa configura caso de **inexigibilidade de licitação**, nos termos do **artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/2021**.

Recomenda-se, no entanto, os seguintes procedimentos:

1. A ratificação da inexigibilidade de licitação pela autoridade competente, considerando a instrução processual;
2. A subsequente publicação do ato de inexigibilidade na forma da lei;
3. Contratação prevista no artigo 95 da Lei 14.133/2021.

Assim, **PARECER FAVORÁVEL** à continuidade do processo e à formalização da contratação.

Boa Vista do Incra, 09 de fevereiro de 2026.



Dr. Leonardo Vieira
OAB/RS 133.513

Leonardo Vieira
Assessor Jurídico
Advogado
OAB/RS 133.513

